

ADUNIMEP

SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

Órgão Oficial da Associação dos Docentes da Unimep/Seção Sindical do Andes/SN - 06/06/2005

Editorial

Acordo Coletivo de Trabalho 2005

Findamos em 16 de maio pp. as tratativas relacionadas ao nosso Acordo Coletivo de Trabalho para 2005.

Processo complicado que se desenrolou ao longo dos seis últimos meses, sempre sob a perspectiva da Direção Geral do IEP de dificuldades conjunturais relacionadas ao grande oferecimento de vagas no ensino superior e aos custos Institucionais da Unimep.

Em que pese o êxito de nossa luta, resta-nos avaliar o que está por vir.

A cada ano que passa a Direção Geral do IEP centra todo seu esforço em retirar de nossos acordos coletivos de trabalho, conquistas relevantes para a categoria e que têm pouco impacto financeiro sobre o orçamento Institucional.

Durante nossas rodadas de negociação a idéia de que a supressão dos auxílios deslocamento e hospedagem aos professores do regime de tempo parcial, auxílio creche e a bolsa de estudo de nossos dependentes no Colégio Piracicabano estaria relacionada a aspectos políticos, diante do pequeno impacto financeiro que produziriam, foi rechaçada pela Direção Geral, contudo, não se apresentou justificativa plausível para tal intencionalidade.

Embora tenhamos preservado nossas conquistas e assegurado a reposição parcial do poder de compra de nosso salário, estamos agora diante da instalação de uma Comissão que discutirá o desejo de supressão de nossas conquistas. Ao longo dos últimos anos temos amargado reduções e precisamos encontrar um mecanismo de frear essa caminhada.

Felizmente encontramos a categoria envolvida e participativa, e estamos certos de que precisaremos intensificar nossos espaços de reflexão e luta em nome da manutenção de nossa qualidade de trabalho e vida.

Ao se encerrar o mandato da 15ª Diretoria da ADUNIMEP – Sec. Sind., gostaríamos de externar nosso agradecimento a toda comunidade Unimepiana e augurar àqueles que serão eleitos nossos protestos de felicidades e realizações.

A DIRETORIA.

Eleição para diretoria da ADUNIMEP Sec. Sind. terá chapa única

A ADUNIMEP Seção Sindical do ANDES-SN realiza neste ano eleição para nova diretoria que terá mandato de julho de 2005 a junho de 2007. As inscrições de chapa encerram-se no dia 20 de maio e apenas uma chapa foi inscrita.

A chapa, composta por 7 membros da diretoria executiva e 9 do conselho de representantes, deve ser votada de forma

completa. Todos os sócios da ADUNIMEP – Sec. Sind., filiados até abril de 2005 podem participar da eleição, que acontece entre os dias 06 e 11 de junho.

A apuração será realizada na sede da ADUNIMEP – Sec. Sind., no campus Taquaral, no dia 11, a partir das 16 horas.

Confira abaixo os horários e locais de votação:

* URNA Nº 01: CLÍNICA DE FONOAUDIOLOGIA, CAMPUS CENTRO: de segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00.

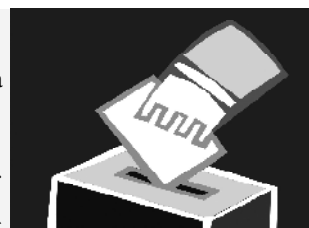
* URNA Nº 02: SALA DOS PROFESSORES DO CAMPUS SANTA BÁRBARA D'OESTE: de segunda a sexta-feira das 07h30 às 11h30 e das 19h00 às 21h30. No sábado das 07h30 às 11h30. Na subsede, de segunda a sexta-feira, das 13h00 às 17h30.

* URNA Nº 03: SALA DOS PROFESSORES DO BLOCO QUATRO, CAMPUS TAQUARAL: de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 19h00 às 21h30. No sábado das 07h30 às 11h30 e das 12h30 às 14h30.

* URNA Nº 04: SALA DOS PROFESSORES DO BLOCO CINCO, CAMPUS TAQUARAL: de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30, das 12h30 às 17h00 e das 19h00 às 21h30. No sábado das 07h30 às 11h30 e das 12h30 às 14h30.

* URNA Nº 05: SALA DOS PROFESSORES DA FACEF: de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 19h00 às 21h30. Sábado das 07h30 às 11h30.

* URNA Nº 06: SALA DOS PROFESSORES DO CAMPUS DE LINS: de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30, das 13h00 às 16h00 e das 19h00 às 21h30. No Sábado das 07h30 às 11h30.



Órgão oficial da
ASSOCIAÇÃO DOS
DOCENTES DA
UNIMEP- Seção
Sindical do ANDES/
SN

Endereço - Rod. do
Açúcar Km. 156 -
Campus Taquaral
da Unimep -
Piracicaba/SP CEP:
13400-901 Tel/Fax:
(19) 3424-1106 ou
3124-1664.

Subsede SBO:

Rod. Santa
Bárbara/
Iracemápolis, Km 1
- Santa Bárbara
D'Oeste/SP CEP:
16400-000 Tel: (19)
3124-1812.

Subsede LINS:

Rua Tenente
Florêncio Pupo
Neto, 300 - Lins/SP
CEP: 16400-680
Tel: (14) 3533-
6037.

DIRETORIA-

Presidente: Marco
Aurelio de Castro
Ribeiro; Vice-
Presidente: Paulo
Jorge de Moraes
Figueiredo; Vice-
SBO: José Carlos
Silva; 1º

Secretário: José
Alberto F.
Rodrigues Filho; 2º
Secretário: Jesus
Manoel Delgado
Mendez;

Tesoureiro: Zildo
Gallo.

CONSELHO DE
REPRESENTANTES
- FD: Álvaro Sérgio
Cavaggioni; FEAU:
Marco Antonio Sperl
de Faria; FCMNTI:
Adriana César de
M. Marafon; FACIS-
Lins: Érika Maria
Roel Gutierrez; FOL-

Lins: Osvaldo
Benoni da Cunha
Nunes; FGN:
Sebastião Neto
Ribeiro Guedes;
FH: Edivaldo José
Bortoleto; FH: Leila
Jorge; FH:
Valdemar
Sguissardi;

JORNALISTA
RESPONSÁVEL:
Renata R. Maffezoli
(MTb 33.722/SP);
EDIÇÃO E

DIAGRAMAÇÃO:
Renata R. Maffezoli.
As opiniões e
informações
expressas nos
artigos assinados
são de exclusiva
responsabilidade
dos autores.



Em busca da Política

Marco Aurélio Weissheimer
Jornalista da Agência Carta Maior (gamarra@hotmail.com)

O liberalismo reduziu-se ao credo de que não há alternativa e a esquerda vem se curvando progressivamente a ele. Isso ameaça a sobrevivência da política como ação coletiva e promove o conformismo em larga escala, defende o sociólogo polonês Zigmunt Bauman, em um livro desafiador.

Porto Alegre - O livro "Em busca da política" (Jorge Zahar Editor), do sociólogo polonês Zigmunt Bauman, deveria ser lido por todos aqueles que estão preocupados com os rumos da política no Brasil e no mundo. Nos últimos anos, diversas pesquisas realizadas em vários cantos do planeta registraram um crescente descrédito da população em relação à política e aos políticos de um modo geral. Prospera uma visão que coloca a classe política e a atividade política em uma esfera de desconfiança e perda de legitimidade. A tentação de jogar todos os partidos em uma mesma vala comum de oportunistas e aproveitadores representa um perigo para a sobrevivência da própria idéia de democracia. O que explica esse fenômeno que se reproduz em vários países? A política e os políticos estão, de fato, fadados a mergulhar em um poço sem fundo de desconfiança? Essa desconfiança deve-se unicamente ao comportamento dos políticos ou há outros fatores que explicam seu crescimento? Na introdução de seu livro, Bauman analisa algumas crenças contraditórias que permeiam boa parte da sociedade ocidental hoje. Lembrando que as crenças não precisam ser coerentes para que acreditemos nela, ele destaca duas delas para tentar lançar uma nova luz sobre a perda de legitimidade que atinge crescentemente a ação política. A primeira consiste em afirmar que a questão da liberdade está resolvida no mundo ocidental e que não há mais necessidade de ir para as ruas protestar e exigir uma liberdade maior do que a experimentamos hoje. A segunda é pensar que, considerando a atual configuração política e econômica do mundo, pouco podemos mudar e, portanto, devemos nos contentar com as coisas mais ou menos do modo que elas estão. "Como cultivar essas duas crenças ao mesmo tempo é um mistério para qualquer pessoa treinada no raciocínio lógico", assinala Bauman.

Liberdade individual e impotência coletiva
Final de contas, acrescenta o sociólogo, "se a liberdade foi conquistada, como explicar que entre os louros da vitória não esteja a capacidade humana de imaginar um mundo melhor e de fazer algo para concretizá-lo?". "E que liberdade é essa que desestimula a imaginação e tolera a impotência das pessoas livres em questões que dizem respeito a

todos?". O livro de Bauman pretende investigar por que essas duas crenças contraditórias convivem hoje, compondo uma espécie de pensamento hegemônico na sociedade. A conclusão que vai extrair, no curso desta investigação é que "o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas". Além da ausência ou da destruição dessas pontes, um outro fator contribui, segundo ele, para o desencantamento com a política, a saber, a ausência de tradução entre as esferas pública e privada. Não é muito difícil detectar esses fenômenos na sociedade brasileira. O sentimento de impotência coletiva, a idéia de que certos problemas não têm solução e que o negócio é cada um cuidar da sua vida, o afastamento entre as esferas pública e privada.

"o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva na medida em que as pontes entre a vida pública e privada são destruídas ou, para começar, nem foram construídas"

O debate sobre a corrupção é emblemático neste sentido e não é nenhum exagero afirmar que o modo como os meios de comunicação abordam o problema tende a reforçar esses sentimentos. O senso comum olha a atual paisagem política como quem olha para uma floresta onde todas as árvores são iguais. Mais grave ainda: essas árvores teriam um comportamento parasitário, cada uma procurando acumular vantagens individuais sem se preocupar com o bem-estar coletivo da floresta. Obviamente, reconhecer a força dessas percepções no conjunto da sociedade implica admitir a existência de evidências na sua direção. O fisiologismo político, as práticas do toma-lá-dá-cá, a falta de coerência entre o dizer e o fazer, estão aí a povoar todos os dias os noticiários.

Explosões espetaculares e a impotência dos políticos
Neste cenário, diz ainda Bauman, as angústias coletivas tendem a se manifestar apenas em alguns momentos particulares, sob a forma do que chama de "explosões espetaculares". Essas explosões podem se manifestar na forma de festivais de compaixão e caridade, como ocorre frequentemente com grandes campanhas assistencialistas promovidas por grandes meios de comunicação, capazes de mobilizar

Alguns personagens são identificados como os vilões da pátria, vestidos como grandes ratos (como fez recentemente a revista Veja) e transformados em alvos para uma catarse coletiva.

virtualmente milhões de pessoas. E ocorrem também sob a forma de agressão acumulada contra um inimigo público recém-descoberto. Essa última forma é particularmente identificável no debate sobre a corrupção. Alguns personagens são identificados como os vilões da pátria, vestidos como grandes ratos (como fez recentemente a revista *Veja*) e transformados em alvos para uma catarse coletiva. O problema com essas explosões espetaculares, adverte o sociólogo, é que “elas perdem força rapidamente; assim que voltamos às questões rotineiras do nosso dia-a-dia, as coisas também retornam, inalteradas, ao ponto inicial”.

O que fazer, diante disso? Bauman aponta um caminho e um grave problema para percorrê-lo. O caminho: “a chance para

personagens
identificados como
os vilões da pátria,
vestidos como grandes
ratos (como fez
recentemente a revista
Veja) e transformados
em alvos para uma
catarse coletiva.

mudar isso depende da “ágora” – esse espaço nem privado nem público, porém mais precisamente público e privado ao mesmo tempo”. Umespaço, segundo ele, onde os problemas particulares se encontram não apenas para extrair prazeres narcisistas ou buscar alguma terapia através da exibição pública. O problema: esse tipo de espaço

está deixando de existir. Poderosas forças econômicas, aponta, “conspiram com a apatia política para recusar alvarás de construção para novos espaços”. Para falar de um dos fenômenos relacionados a esse processo de privatização da “ágora”, Bauman lembra uma afirmação de Cornelius Castoriadis, feita em 1996. Para Castoriadis, o aspecto mais notável da política contemporânea é sua insignificância. “Os políticos”, disse, “são impotentes... Já não têm programa, seu objetivo é manter-se no cargo”.

O elogio do conformismo

Essa opinião encontra eco no cenário político dos últimos anos, onde a esmagadora maioria das mudanças de governo não implica grandes diferenças. O liberalismo, nota Bauman, reduziu-se ao “mero credo de que não há alternativa”, que toda e qualquer alternativa são piores se experimentadas na prática. E a esquerda vem se curvando progressivamente a esse credo. Qual o resultado? O elogio e a promoção do conformismo em larga escala, responde o sociólogo. A capacidade dos indivíduos de traçar, individual e coletivamente, seus limites foi praticamente perdida, acrescenta. Tudo se passa como se não

houvesse lugar para cidadania fora do consumismo e do individualismo, do cada-um-por-si. Bauman é duro neste diagnóstico: “é só nessa forma que os mercados financeiros e mercantil toleraram a cidadania. E é essa forma que os governos do dia promovem e cultivam. A única grande narrativa que restou nesse campo é (para citar de novo Castoriadis) a da acumulação de lixo e mais lixo”.

Tudo isso tem um preço, adverte Bauman: “o preço é pago na moeda em que é pago geralmente o preço da má política – o do sofrimento humano”. Esse sofrimento se expressa na forma da incerteza quanto ao futuro, da insegurança crescente e da falta de garantia de direitos. E o que é mais dramático, acrescenta, é que a natureza desses problemas causa sérios obstáculos a ações coletivas, pois o medo, a insegurança e a incerteza fazem com que as pessoas não se mostrem dispostas a correr os riscos que as ações coletivas implicam, o maior deles, a falta de garantias de que vai dar certo. Assim, gera-se um ciclo vicioso: a insegurança gera mais insegurança e um progressivo encerramento dos indivíduos em torno de si mesmos. As instituições políticas passam a ser vistas como instâncias de pouca ajuda para suas vidas. A segurança torna-se uma obsessão, alimentando a desconfiança entre as pessoas e a desilusão destas para com as instituições.

A banalidade e a rotina, os melhores amigos do mal

É mais fácil falar do que fazer, tecer diagnósticos do que apresentar soluções, admite Bauman. Mesmo assim, ele aponta um caminho, mais uma vez citando Castoriadis: o problema com a nossa civilização é que ela parou de se questionar. “Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem”, resume. E o caminho para reverter esse quadro, propõe, passa necessariamente pela ação coletiva, pela política com “P” maiúsculo. O ponto central de seu livro é que “a liberdade individual só pode ser produto do trabalho coletivo, só pode ser assegurada e garantida coletivamente”. Neste momento, estamos caminhando exatamente no sentido contrário, ou seja, no caminho da privatização dos meios de assegurar algo

que possamos chamar de liberdade individual. “Se isso é uma terapia para os males atuais, é um tratamento fadado a produzir doenças iatrogênicas dos tipos mais sinistros e atrozes (destacando-se a pobreza em massa, a superfluidade social e o medo ambiente)”.

Estamos caminhando rapidamente nesta direção, com a cumplicidade escandalosa da maioria dos políticos, dos meios de comunicação e de uma boa parcela da intelectualidade. A qualidade constrangedora do

debate político atual, a superficialidade, a banalidade, o culto às fofocas e às picuinhas e o sensacionalismo que caracteriza a cobertura midiática deste debate só contribui para acelerar a velocidade dessa disparada ladeira abaixo. O melhor amigo do mal, lembra Bauman, é justamente a banalidade. E a banalidade tem a rotina, o conformismo e a resignação como aliados estratégicos. A advertência de Bauman pode ser reforçada com uma passagem de outro livro, “O fim da utopia” (Ed. Record), do historiador Russell Jacoby. Ao analisar o desânimo e a dissimulação intelectual, “que finge que cada passo para trás ou para o lado significa dez passos à frente”, Jacoby lembra uma carta que o poeta inglês Samuel Coleridge escreveu a seu amigo William Wordsworth, em 1799, pedindo que ele escrevesse algo que contestasse o mal-estar e a resignação que se generalizavam na época. O sentido das palavras de Coleridge continua ecoando em nossos ouvidos, de modo provocador:

“Gostaria que escrevesse um poema, em versos brancos, dirigidos àqueles que, em consequência do total fracasso da Revolução Francesa, desistiram de toda esperança de aperfeiçoamento da humanidade e estão afundando num egoísmo quase epicurista, disfarçando-o sob as aparências cômodas do apego ao que é nosso e do desprezo ao visionarismo dos filósofos”.

Fonte: www.agenciartamaior.com.br



Em busca da política - Ed. Jorge Zahar, 2000.

Zygmunt Bauman, sociólogo polonês, iniciou sua carreira na Universidade de Varsóvia, onde ocupou a cátedra de sociologia geral. Em 1968 emigrou, reconstruindo sua carreira no Canadá, Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha, onde em 1971 tornou-se professor titular de sociologia da Universidade de Leeds, cargo que ocupou por vinte anos.

ANDES-SN publica crítica à 2ª versão do Anteprojeto da Reforma Universitária. Veja abaixo trecho referente ao Setor das Particulares:

“No mesmo dia em que a área econômica anunciou o maior superávit primário da história, equivalente a 7,26% do PIB, o MEC apresentou por vídeo-conferência a nova versão do Anteprojeto

que “Estabelece Normas Gerais da Educação Superior” sem a previsão de novos recursos para as instituições públicas de ensino. Apesar do enorme aparato da mídia do Ministério da Educação, constituído por um grande número de assessores que seguramente enviaram centenas de releases para os

diversos meios de comunicação, os principais jornais on line do dia não repercutiram o anúncio. Desinteresse pela educação, mas, também, faro jornalístico: as corajosas mudanças foram, no geral, recuos em relação aos itens da versão anterior que regulavam debilmente as mantenedoras. É interessante a mudança na argumentação do Ministro e de seu Secretário executivo: após sustentarem que as críticas dos empresários eram a prova irrefutável de que o anteprojeto de dezembro impunha um rigoroso controle social sobre as instituições privadas, reconhecem que, de fato, os empresários tinham razão. A pergunta óbvia é: como ficam os seus aliados que compraram o inconsistente discurso do MEC?

Confirmando as análises anteriores do ANDES-SN, após fazer alguma pressão, o setor privado levou todas. As suas mantenedoras estão inteiramente livres de regulamentação. Nos termos de Fernando Haddad, Secretário executivo do MEC, “o setor privado reclamou com razão” (O Globo, 31/5) e, assim, toda a seção I do capítulo 3 (Das mantedoras) da versão de dezembro simplesmente desapareceu. Na nova versão do texto, foram excluídas a criação dos conselhos administrativos e a necessidade de eleição direta de dirigentes das universidades e dos centros universitários particulares. Esses conselhos, que seriam responsáveis pela parte administrativa e acadêmica, teriam no máximo 20% de representantes das mantenedoras. Agora, volta a reinar a livre iniciativa sem restrições ou obstáculos aos

negócios!

As condições para a criação e transformação de IES privadas em universidades continuam generosas. Se a

instituição optar por ser universidade especializada (ou tecnológica), a conquista do status de universidade será banal. Embora preveja 25% ou 12% de doutores, conforme o caso (universidade ou universidade especializada), o prazo para cumprir essa meta é amplo o suficiente para alcançar a meta sem investimentos bruscos: 8

anos! Infelizmente, centenas de doutores continuarão perdendo os seus empregos por muitos anos. Como os concursos para as instituições públicas continuam raquíticos, o quadro é desalentador.

Quando os Estados Unidos (e Austrália, Inglaterra e Japão) reclamaram a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS) da OMC, indicaram que o principal filão é o comércio transfronteiriço que poderá ser conquistado por meio da educação a distância. Assim, o primeiro obstáculo a remover, conforme esses países, é a proibição, em muitos estados nacionais, da oferta de graduação e pós-graduação a distância. Quando o nosso País admite a graduação e a pós-graduação por meio da educação a distância, fica evidente a sua submissão a interesses de organismos

internacionais. Junto com a abertura do setor educacional ao capital estrangeiro e a compreensão de que a educação é um abstrato bem público (não importando se ofertado pelo Estado ou pela iniciativa privada) quase toda a agenda da OMC está sendo cumprida, mesmo sem a assinatura do AGCS.

A nova versão amplia as prerrogativas das instituições privadas, permitindo-lhes o reconhecimento dos cursos de pós-graduação feitos no exterior que poderão ser credenciados por universidades privadas que possuam cursos de pós-

graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior. A abertura dos negócios educacionais aos investidores estrangeiros continua prevista no Anteprojeto (Art. 13): “Pelo menos 70% do capital total e do capital votante das entidades mantenedoras com fins lucrativos deverá pertencer direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados”. Não está muito claro se o investimento estrangeiro é livre nas demais modalidades de instituições (comunitárias, filantrópicas e confessionais), como chegou a sugerir o Ministro da Educação em entrevista, ou se somente as empresariais poderão fazer associações. De todo modo, permanece válida a avaliação do ANDES-SN de que a barreira de 30% para o capital estrangeiro poderá ser facilmente derrubada no parlamento. O repasse de verbas públicas para as instituições privadas comunitárias está previsto de modo completamente aberto (Art. 14: incentivo às instituições comunitárias inclusive com apoio de verbas públicas específicas). Cumpre registrar que as instituições comunitárias podem ser confessionais ou

filantrópicas. Os empresários que apostaram nos centros universitários também têm motivos para comemorar. A nova versão institucionaliza essas exóticas instituições de modo definitivo e confere-lhes amplas prerrogativas de autonomia.

A nova versão foi mais cuidadosa ao associar o fazer acadêmico ao mercado. O texto é mais sutil, evitando uma associação mecânica e linear dos fins da universidade ao mercado e ao entorno local. Contudo, um exame mais de perto revela enormes retrocessos como a institucionalização da pós-graduação estrito senso instrumental, por exemplo. De fato, o art. 6º admite mestrados e doutorados profissionais, para júbilo do mercado educacional. Mais uma concessão à mercantilização, junto com os cursos a distância e os cursos tecnológicos de curta duração (2 anos)....”

“Os empresários que apostaram nos centros universitários também têm motivos para comemorar. A nova versão institucionaliza essas exóticas instituições de modo definitivo e confere-lhes amplas prerrogativas de autonomia.”